

PROCESSO Nº  
109/15

REG. PROC. Nº  
06

FL. 1  
FOLHA Nº  
15V



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

### AUTOS DE

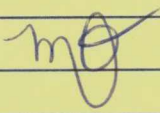
PROJETO DE LEI Nº 57/15

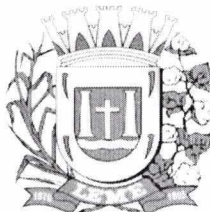
Acréscce o artigo 1º-A a Lei Ordinária nº 3412, de 03 de junho de 2015.

Autor: de Prefeito Municipal

### AUTUAÇÃO

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro de 2015  
autuo o P.L. nº 57/15 e o of. nº 606/15 em frente.

Eu, , subscrevi



## Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo  
Gabinete do Prefeito

*Decisão*

C.M. LEME	
R 109/15	Rs 02
<i>mg</i>	

Ofício nº 606/15

Leme, 09 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor,

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot.N. 2597	L.N. 35	Fis. 031
Recebido em 09/09/2015		
<i>mg</i>		
FUNCIONARIO		

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei Ordinária que:

✓ "Acréscce o artigo 1º-A a Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015";

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

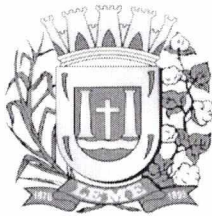
**ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA**  
Prefeito do Município de Leme

**Rafael Maradei**  
Secr. Negócios Jurídicos

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**GILSON HENRIQUE LANI**  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme/SP  
Nesta

# REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 109  
Arqs 15V, do Registro de Processo nº 06  
Leme, 09 de setembro de 20 15  
Funcionário mg



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
R 109/15	Rs 03
mg	

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 57 /2015

"Acresce o artigo 1º-A a Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015".

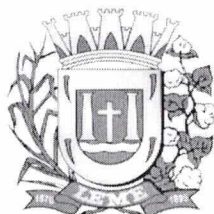
**Art. 1º** - Fica acrescido o "artigo 1º-A" a Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015, sob a seguinte redação:

*"Art. 1º-A - A restituição dos valores, nos termos do "caput" do artigo primeiro, também abrange os processos judiciais já em curso quando da promulgação da Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015, e que resultem em condenação ao pagamento de importância pecuniária referente aos benefícios estabelecidos no art. 1º, da Lei Complementar nº 622/11 e demais verbas sucumbenciais".*

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 08 de setembro de 2015.

**ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA**  
Prefeito do Município de Leme



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA

C.M. LEME	
R 109/15	Rs 04
mg	

**CONSIDERANDO** que, quando da edição da Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015 já havia processos judiciais em curso assim como processos judiciais já transitados em julgado;

**CONSIDERANDO** que tais processos judiciais em curso ou já transitados em julgado versam ou versavam acerca das despesas oriundas de condenações judiciais ao pagamento dos benefícios estabelecidos no art. 1º, da Lei Complementar nº 622/11;

**CONSIDERANDO** por fim que o LEMEPREV não pode arcar com as despesas oriundas de tais condenações judiciais por força de lei, apresento o referido projeto de lei.

Leme, 08 de setembro de 2015.

**ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA**  
Prefeito do Município de Leme



A Procuradoria Jurídica  
para parecer em 09/09/15

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

JUNTADA

Em 10 de setembro de 2015

foi juntada a estes autos do parecer

jurídico

Funcionário







**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
P 109115	Rs 05
m	

**PROJETO DE LEI Nº 57/15**

**EMENTA:** Acresce o artigo 1º-A a Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015

**AUTORIA:** Prefeito Municipal.

**PARECER**

Senhor Presidente.

O presente Projeto de Lei Ordinária é legal, está bem redigido mas, pecando na sua instrução, porém para evitar prejuízos na sua tramitação procedemos a sua devida instrução, de forma que agora encontra-se em condições de tramitar pela Casa.

S.M.J. era o que tínhamos a opinar.

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin", em 10 de setembro de 2015.

**Jorge Luiz Stefano**  
Procurador Jurídico





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
R 109115	Rs 06
<i>mg</i>	

## LEI ORDINÁRIA Nº 3.412, DE 03 DE JUNHO DE 2015

*Autoriza a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Leme a restituir ao LEMEPREV as despesas oriundas de condenações judiciais, que versem acerca de condenação ao pagamento dos benefícios estabelecidos no art. 1º, da Lei Complementar nº 622/11 e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEME/SP**, no pleno uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizada a Administração Pública, Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Leme a restituir ao LEMEPREV os valores referentes a condenações judiciais, transitadas em julgado, em que tenha sido condenado ao pagamento de importância pecuniária referente aos benefícios estabelecidos no art. 1º, da Lei Complementar nº 622/11 e demais verbas sucumbenciais.

**Parágrafo único** - Para os fins do disposto no *caput*, deverá o LEMEPREV protocolar junto ao órgão competente da Administração, requerimento fundamentado e devidamente instruído com documentos comprobatórios.

**Art. 2º** - Uma vez recebido o requerimento pelo órgão competente, este o autuará, dando início a procedimento administrativo com o fim de análise e, ao seu final, deferirá ou não o ressarcimento mediante decisão administrativa devidamente fundamentada.

**Parágrafo 1º** - Referido procedimento administrativo deverá ser concluído em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data do protocolo.

**Parágrafo 2º** - Uma vez encerrado o procedimento administrativo, e havendo deferimento do ressarcimento, os autos serão encaminhados ao setor de contabilidade do órgão respectivo para fins de ressarcimento.





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C.M. LEME	
R 109/15	Rs 07
m	

**Art. 3º** - Fica o Município de Leme autorizado a alterar a Cláusula 5ª, do "Termo de Cooperação Técnica", celebrado com o LEMEPREV, cujo objeto é a realização de perícias médicas, para dela passar a constar que não estão incluídos no valor do repasse estipulado, os pagamentos concernentes às condenações em ações judiciais relativas ao pagamento de benefícios de que trata o artigo 1º da Lei Complementar nº 622/11.

**Art. 4º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na dotação orçamentária conforme Anexo I da presente.

**Parágrafo Único** - O crédito previsto no *caput* será coberto com a anulação parcial, conforme previsto no art. 43, §1º, III, da Lei Ordinária Federal nº 4.320/64, através da dotação constante do Anexo II da presente.

**Art. 5º** - Referidas alterações orçamentárias constantes do art. 4º e seu parágrafo único serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário sentido.

Leme, 03 de junho de 2015.

**ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA**  
Prefeito do Município de Leme





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Ao Expediente

14 / 09 / 2015

PRESIDENTE

C.M. LEME	
R <sup>a</sup> 109115	R <sup>s</sup> 08
<i>mg</i>	

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F.	<input checked="" type="checkbox"/>
O.F.C.	<input checked="" type="checkbox"/>
O.S.P.	<input type="checkbox"/>
S.E.C.L.T.	<input type="checkbox"/>
P.U.O.P.S.	<input type="checkbox"/>

Em 14/09/15

**VISTA**

Em 15 de setembro de 2015

Com vista as comissões

Funcionário *mg*

**JUNTADA**

Em 16 de setembro de 2015

foi juntada a estes autos do parecer  
das comissões

Funcionário *mg*





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 109/15	Rs 09
mg	

**PROJETO DE LEI Nº 57/15**

**EMENTA:** "Acréscce o artigo 1º-A a Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015"

**AUTORIA:** Prefeito Municipal.

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.**

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.) -

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária Autoria do Prefeito Municipal que busca autorização Legislativa para dispor sobre o acréscimo do artigo 1º-A a Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015.

2.] -

De forma que quanto ao aspecto legal, constitucional e regimental, o Projeto encontra-se em condições de ter sua tramitação pela Casa, uma vez que foi proposto pelo Chefe do Executivo, portanto, parte legítima e competente para proposição da matéria, conforme prescreve a Lei Orgânica do Município e também o próprio Regimento Interno.

3-)

Sob o aspecto do interesse e conveniência, entendemos ser o projeto interessante, porque acresce a restituição dos valores dos benefícios estabelecidos no artigo 1º da Lei Complementar nº 622/11, aos processos judiciais já em curso quando da promulgação da Lei Ordinária nº 3.412/15.





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C.M. LEME</b>	
R <sup>a</sup> 109/15	Rs 10
mg	

4.] –


Por fim, ao analisarmos o aspecto redacional da matéria a Comissão de Constituição Justiça e Redação emite o seu parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação.

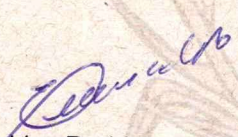
5.) –

Para a Comissão de mérito, o projeto se apresenta de forma interessante, conveniente, razão porque a Comissão de Orçamento, Finanças é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 16 de setembro de 2015.

Pela Comissão de C.J.R.


  
Maria Izabel Aparecida Parolin  
Presidente

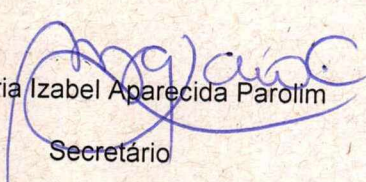
  
Eurides Rodrigues do Prado  
Vice-Presidente

Osvair Antunes da Silva  
Secretário

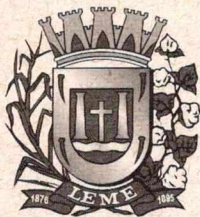
Pela Comissão de O.F.C.

Osvair Antunes da Silva  
Presidente

  
Francisco Ferreira da Silva  
Vice-Presidente

  
Maria Izabel Aparecida Parolin  
Secretário





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

A Ordem do Dia

21 / 09 / 20 15

PRESIDENTE

C.M. LEME	
R 109115	Rs 11

PROJETO DE LEI Nº 57/2015, APROVADO POR UNANIMIDADE, EM 1ª E 2ª VOTAÇÕES.

Em, 21 de setembro de 2015.

Eduardo Leme da Silva

Presidente





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P 109/15	Rs 12

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 57/2015**

"Acresce o artigo 1º-A a Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015".

**Art. 1º** - Fica acrescido o "artigo 1º-A" a Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015, sob a seguinte redação:

*"Art. 1º-A - A restituição dos valores, nos termos do "caput" do artigo primeiro, também abrange os processos judiciais já em curso quando da promulgação da Lei Ordinária nº 3.412, de 03 de junho de 2015, e que resultem em condenação ao pagamento de importância pecuniária referente aos benefícios estabelecidos no art. 1º, da Lei Complementar nº 622/11 e demais verbas sucumbenciais".*

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Leme, 21 de setembro de 2015.**

**Eduardo Leme da Silva**

**Presidente**